



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – DIURNO**

APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

TRABALHO FINAL DE CURSO

CARINA MARTA GALLINA DA SILVA

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Por

Carina Marta Gallina da Silva

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciatura em Educação Especial**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tatiane Negrini

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial – Diurno

A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Elaborado por

Carina Marta Gallina da Silva

Como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Especial

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Tatiane Negrini (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Alcione Munhoz (UFSM)

Prof.^a Ms. Tânia Paula de Azevedo

Prof.^a Carolina Terribile Teixeira (suplente)

Santa Maria, 22 de dezembro de 2016.

Agradecimento

Agradeço a Deus por tornar tudo possível.

A Professora Tatiane Negrini, pela orientação, dedicação, amizade, conhecimentos, apoio e sugestões transmitidos nessa caminhada.

Agradeço a minhas colegas de curso, que me ajudaram no meu crescimento pessoal e profissional durante os quatro anos que estivemos juntas, e que certamente ainda faremos grandes coisas como Educadoras Especiais.

Aos meus alunos, que tive a oportunidade de conhecer e de trabalhar durante o curso, principalmente os que fazem parte desse trabalho. Agradeço por me ensinarem a aprender, e principalmente, a perceber a grandeza de ser professora.

A quem amo principalmente minha família (mãe), que sempre esteve do meu lado, acreditando em mim e nos meus sonhos.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte dessa caminhada e que mesmo indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

Dedico este trabalho a minha mãe, que muitas vezes, deixou de lado seus sonhos para viver os meus.

Para a melhor mãe

Você não é apenas a melhor mãe do mundo, mas também a mulher mais batalhadora, a mais guerreira, e eu sentimos um orgulho muito grande de que seja minha mãe.

Seu espírito é admirável porque é incansável. Nunca ouvi um lamento seu mesmo sabendo que muitas vezes estava cansada, exausta e dolorida. Você sempre continuou lutando pela felicidade e bem-estar dos que ama, sem exigir nada em troca.

Eu melhor que ninguém conhece seu valor, todos os sacrifícios que fez na vida, e tudo isso só faz com que a ame e admire ainda mais.

Hoje quero que saiba que meu coração é seu, meu amor eterno pertence a você, e que agora sou eu quem vai lutar a vida toda pela sua felicidade. Pois nada mais tem valor se a mulher mais importante da minha vida, aquela a quem devo quase tudo, não estiver bem e feliz. Eu te amo, minha mãe!

Resumo

APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Autora: Carina Marta Gallina da Silva

Orientadora: Professora Dr^a Tatiane Negrini

Santa Maria, 22 de dezembro de 2016.

O presente estudo se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido ao final do curso de Educação Especial. Apresenta uma pesquisa realizada com objetivo de proporcionar uma reflexão acerca dos fatores envolvidos na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual no ensino regular, identificando estratégias pedagógicas direcionadas à aprendizagem destes alunos. Para apresentação da pesquisa buscou-se primeiramente um aporte teórico de autores que tratam sobre esse assunto. Apresenta-se uma discussão sobre aprendizagem utilizando a Teoria de Vygotsky (1997), Educação Inclusiva e definição de deficiência intelectual (AAMR 2002, 2006). Por último, apresentam-se estratégias pedagógicas para o aluno com deficiência intelectual. A metodologia utilizada foi bibliográfica, exploratória e qualitativa, que subsidiaram o meu interesse pelo tema proposto e que também me instigaram um aprofundamento no assunto com ocorre a aprendizagem deste aluno. A partir desta pesquisa pode-se concluir que esses sujeitos também passam por processos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo importante nesses tempos.

Palavras chaves: Aprendizagem, Deficiência Intelectual, Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. METODOLOGIA	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 OS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DEFINIÇÃO E TERMINOLOGIAS	14
3.2 A APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	16
3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	22
3.4 ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5. REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

Estudar a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual é refletir sobre um tema que envolve inúmeras discussões a fim de compreender como esses alunos aprendem, e que permitem ao aluno, qualquer que seja seu nível intelectual, evoluir na construção de sua aprendizagem e desenvolvimento.

É importante que a família saiba que possui um papel fundamental no processo educacional e de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, pois deve lutar para que seja garantida sua autonomia como cidadão.

Na perspectiva da inclusão, as práticas podem representar aspectos que incentivam a inclusão ou a exclusão do aluno, principalmente se esse aluno apresentar deficiência intelectual. O trabalho em sala de aula com estes alunos gera muitas dúvidas nos educadores envolvidos, assim criando muitas vezes sentimento de impotência por parte dos mesmos. O processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual ainda causa “estranheza”, pois o professor diante de um aluno com deficiência, muitas vezes não sabe conduzir e superar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar.

Segundo Fierro (2004, p.208), este destaca a importância do respeito e educabilidade de todo ser humano, dizendo que “Deve-se insistir que toda pessoa mesmo com mesmo uma deficiência intelectual, é capaz não apenas de aprender, mas de adquirir a educação propriamente dita.” No meio em que o aluno com deficiência intelectual está inserido, as interações e estímulos que recebe irão influenciar em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Dependendo das oportunidades que são dadas aos alunos com deficiência intelectual, estes são expostos a diferentes aprendizados e isso irá permitir que esses sujeitos possam desenvolver sua aprendizagem de forma plena.

Conforme Ropoli (2010, p.9), “a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.”

O presente estudo é o resultado de experiências com alunos com deficiência intelectual vivenciadas durante o curso de Graduação em Educação Especial, o que me leva a investigar possibilidades de práticas que

os professores pode direcionar para a aprendizagem destes alunos. A partir das minhas vivências em escolas pode-se observar as dificuldades dos professores em trabalhar com alunos com deficiência e desenvolver um processo para a inclusão destes alunos.

O interesse em investigar essa temática partiu das experiências nas minhas observações durante o curso de Educação Especial na disciplina de Alternativas Metodológicas para aluno com Deficiência Intelectual, assim como no Estágio de Dificuldade de Aprendizagem e no Estágio na área da surdez, e durante o Estágio de Deficiência Intelectual o qual também foi realizado durante o semestre de elaboração do TCC, outra experiência que despertou o interesse pela temática foi o tempo como bolsista – PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) - Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria.

Destas experiências, surgiram algumas questões significativas que se colocam como problema deste trabalho: Quais fatores estão envolvidos no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na escola regular? Qual importância de desenvolver um trabalho pedagógico direcionado ao aluno com deficiência intelectual para que se obtenha êxito no processo de ensino aprendizagem?

Em relação à aprendizagem, isso se torna preocupante quando o olhar é direcionado para alunos com deficiência intelectual, pois em muitos casos professores se sentem despreparados em relação ao acompanhamento e ensino deste aluno, e até mesmo ignoram as possibilidades que estes têm de aprender. No relato de experiências que verifiquei em escola regular, se observa que ainda existem certos preconceitos em relação às pessoas/alunos com deficiência, acreditando que elas não possuem capacidade de aprender, principalmente em relação à sua aprendizagem, ocorrendo assim uma conformidade em relação às tentativas malsucedidas na alfabetização e aprendizagem desse aluno.

Ao considerar as diferenças como parte integrante da condição humana e, portanto, da aprendizagem escolar, a escola abre o espaço para as mudanças e dá o primeiro passo em direção ao respeito às deficiências e torna-se:

[...] capaz de inaugurar um novo espaço para aqueles com deficiência intelectual, que a considerar suas especificidades, atua na direção de seu desenvolvimento pleno, mesmo que este possa ser em alguns casos, substancialmente diferente da maioria dos alunos (OLIVEIRA, 2010, p. 46).

A escola é um espaço importante para alunos com deficiência intelectual, pois será onde acontecerão mudanças, interações sociais, desenvolvimento e aprendizagem destes alunos

Neste momento, há uma preocupação no sentido de oferecer melhores subsídios para o trabalho pedagógico com estes alunos.

Conforme Evans (In: Daniels, 1995, p 72-80), o conceito Vygostskiano central da zona do desenvolvimento proximal (ZPD), deve inspirar a elaboração e reelaboração contínua tanto do currículo da escola regular como especial. Através de uma aproximação mediadora, o professor vai testando as condições de aprendizagem do seu aluno, sem fixar em condições aparentemente estáveis do aprender, porém buscando as zonas dinâmicas da cognição e da inteligência. Através dos retornos resultantes das trocas mediadoras com criança, o currículo vai sendo reelaborado, buscando-se assim, além de adaptar o mesmo às especificidades dos alunos, desafiar o aluno para seu máximo seja atingido, através da realização da ZPD. (BEYER, 1998, p. 07)

Entende-se a importância desta temática no sentido de contribuir com o trabalho referente à construção de estratégias apropriadas para a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. O **tema** que será desenvolvido neste trabalho de conclusão de curso será a Aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, constituindo-se o seguinte **problema**: Quais os fatores envolvidos no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na escola regular?

Como **Objetivo Geral**, tem-se: Proporcionar uma reflexão acerca dos fatores envolvidos na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual no ensino regular, identificando estratégias pedagógicas direcionadas à aprendizagem destes alunos.

Os **Objetivos específicos** estabelecidos para este trabalho foram:

- Apontar fatores envolvidos no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na escola regular;
- Investigar estratégias pedagógicas utilizadas com os alunos com deficiência intelectual que podem favorecer sua aprendizagem;

- Identificar a importância de se desenvolver um trabalho pedagógico direcionado ao aluno com deficiência intelectual, de modo a contribuir no seu processo de ensino aprendizagem.

A seguir estão estruturados os capítulos, que aborda a respeito da metodologia do trabalho, e posteriormente os capítulos de discussão da temática. Para finalizar, a conclusão do estudo e as referências utilizadas.

2. METODOLOGIA

As abordagens qualitativas e bibliográficas subsidiam o trabalho desenvolvido nesta pesquisa, as quais instigam um aprofundamento do tema da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, com intuito de qualificar a realidade desses alunos.

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, a qual "busca respostas para perguntas que destacam o modo como as experiências educacionais, pedagógicas e sociais no contexto das instituições educacionais acontecem" (POSSA, 2008, p. 144). A pesquisa qualitativa também,

[...] busca dados observáveis em que o pesquisador inserido ao campo de pesquisa vai desvelar valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões para entender, interpretar e compreender com profundidade a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos". (POSSA, 2008, p. 144).

Esta pesquisa também se caracteriza do tipo bibliográfica, utilizando-se de textos, referências científicas, leituras e materiais que tratam do assunto debatido. De acordo com Gil,

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definidos como pesquisa bibliográfica, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 1994, p. 71).

A pesquisa bibliográfica de suma importância para todas as etapas de um estudo, onde vamos explorar e definir as bibliografias que serão utilizadas para esse trabalho.

Esta pesquisa também caracteriza-se do tipo exploratória, utilizando-se de textos e materiais que tratam do assunto debatido para explorar novos conhecimentos sobre o tema proposto. Com a pesquisa exploratória tem-se como objetivo mostrar uma visão geral acerca de um determinado assunto ou tema.

Busca-se assim apoio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa exploratória para dar subsídios para o estudo deste trabalho através de leituras, artigos, livros, onde será explorado o assunto da pesquisa.

As observações feitas durante meu percurso no Curso de Educação Especial notaram-se esses problemas de aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual, as quais se refletem diariamente dentro das escolas, e de certa forma, acabam comprometendo significativamente o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e a própria convivência com os demais integrantes da escola.

Para realizar o estudo, bem como o levantamento bibliográfico, partiu-se de experiências e discussões que foram vivenciadas em duas escolas da rede estadual de Santa Maria diante de outras circunstâncias no decorrer do curso de Educação Especial, refletindo agora sobre como ocorre a aprendizagem destes alunos com deficiência intelectual.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, o fichamento das leituras realizadas sobre o tema. A análise dos dados será realizada através de interpretação das leituras bibliográficas, associando-as ao tema de investigação, relacionando com os tópicos principais de discussão do trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O sujeito com Deficiência Intelectual: definição e terminologias

Na definição, o nome ou o termo é explicado da maneira mais precisa possível. A definição deve estabelecer os limites do termo e separar quem ou o que está incluído dentro do termo, quem ou o que está fora do termo. (AAMR, 2002, p.20)

A Associação Americana de Retardo Mental - AAMR (2002) apresenta a seguinte definição de Retardo Mental:

Retardo mental é uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade. (AAMR, 2002, p.20).

Também é um termo que se utiliza quando um sujeito apresenta limitações em tarefas tais como na comunicação, cuidado pessoal e relacionamento social, e pode provocar uma maior lentidão na aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos com deficiência intelectual.

Posteriormente, a AAMR em 2006 apresenta a seguinte definição de Retardo Mental:

Retardo Mental é uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo; está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos dezoito anos. (AAMR, 2006 apud CARNEIRO, 2015, p.20)

Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual - AAIDD em 2010 define a Deficiência Intelectual, com a mesma terminologia da AAMR de 2002 e 2006.

Incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso e habilidades conceituais, sociais e práticas. Esta inabilidade se origina antes da idade dos 18 anos (LUCKASSON et al., 2002, apud VELTRONE MENDES, 2012, p. 362).

É importante compreender estas mudanças de terminologias e conceituações que vem acontecendo, para que haja compreensão sobre a Deficiência Intelectual, uma vez ao pensar na terminologia e conceito da Deficiência Intelectual vem se considerando o contexto social e cultural que o sujeito se encontra.

O sujeito com Deficiência Intelectual deve ter um atendimento pautado na contemporaneidade, no princípio da inclusão social e é muito importante falar sobre a necessidade de compreender os potenciais e capacidades dos alunos com Deficiência Intelectual.

A legislação brasileira ainda é vaga ao usar a terminologia Deficiência Intelectual, uma vez que mesmo defendendo um conceito teórico, decide lentamente os demais procedimentos para trabalhar com a questão da aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência Intelectual. Até se chegar ao termo a deficiência intelectual já se passou por diversas terminologias, como retardo mental, oligofrênica e atraso mental, assim produzido por várias etiologias se caracteriza pelo desenvolvimento intelectual insuficiente de termos globais específicos.

Com essas diversas definições e terminologias, a deficiência intelectual é uma condição que nem sempre a avaliação inicial, em um primeiro momento, consegue ser identificada, descrevendo todas as características deste sujeito. O diagnóstico envolve sempre uma compreensão de ações, tais como fatores etiológicos, biomédicos, comportamentais, sociais e educacionais.

Com o Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004, a terminologia Deficiência Mental passou a ser chamada de Deficiência Intelectual.

Com a definição da deficiência mental segundo AAMR em 2002, partindo de uma concepção multidimensional, as cinco dimensões foram consideradas um grande avanço à definição dos outros manuais, por considerar a relação, a interação e a vivência dos sujeitos com Deficiência Intelectual.

A mudança na terminologia de Retardo Mental para Deficiência Intelectual, descrita no Decreto nº 5.296 – 12 (BRASIL, 2004), tornam-se menos ofensiva para os sujeitos com deficiência, demonstrando maior respeito e dignidade a esses sujeitos. É também uma estratégia que visa garantir que todos os sujeitos com Deficiência Intelectual sejam incluídos nas escolas,

considerando a influência do contexto social e cultural da Deficiência Intelectual. É de suma importância investigar como essa nova terminologia está sendo interpretada, pois antes esses sujeitos eram vistos como incapazes e hoje são vistas com possibilidades, potencialidades e são percebidos na sociedade com outros olhos, agora com respeito, dignidade e principalmente com direitos.

Cada sujeito com Deficiência Intelectual tem sua peculiaridade, cada um com sua diferença na aprendizagem, alguns aprendem com lentidão, outros mais rápidos, isso não quer dizer que esse sujeito não vai ter melhor aprendizagem e desenvolvimento, pois todos seres humanos passam pelas mesmas etapas de aprendizagem e desenvolvimento, em tempos diferentes. No entanto ressalta-se que nem sempre essas perspectivas são oferecidas a esses alunos com Deficiência Intelectual, visto que algumas vezes muitas oportunidades de estímulos e novos desafios são negados a eles.

3.2 - A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual

A perspectiva de aprendizagem de Vygotsky trata sobre o conceito das ações das interações, da zona de desenvolvimento proximal, a relação que a criança tem com o outro, a aprendizagem e o desenvolvimento.

Segundo Vygotsky, este se refere à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), mencionando que:

A zona de desenvolvimento proximal refere-se, assim, ao caminho que o indivíduo vai percorrer para o desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas, estabelecidas no seu nível de desenvolvimento real. A zona de desenvolvimento proximal é, pois, um domínio psicológico em constante transformação aquilo que uma criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. É como o processo de desenvolvimento progredisse mais lentamente que o processo de aprendizado; o aprendizado desperta processos de desenvolvimento que aos poucos, vão torna-se parte das funções psicológicas consolidadas do indivíduo. (OLIVEIRA, 1995, p. 60)

Conhecer a ZDP do aluno é muito importante, visto que é a partir disso que o professor vai saber como o aluno aprende, e também é onde ocorre a aprendizagem e a interação desse sujeito. Quando se considera a ZDP do

aluno, estabelece-se uma forte relação do sujeito com seu processo de desenvolvimento em seu ambiente sociocultural.

A escola tem um papel de suma importância na aprendizagem e desenvolvimento deste sujeito e o aprendizado escolar é o elemento central na sua aprendizagem e desenvolvimento. A escola tem um papel relevante ao fazer o sujeito compreender o mundo a partir de seu desenvolvimento. O professor tem um grande papel ao utilizar Zona de desenvolvimento proximal do sujeito, provocando avanços, pois sua função no espaço escolar é o de favorecer a aprendizagem, servindo de mediador entre a criança e o mundo.

É importante o professor posicionou-se atuar através da observação, planejamento e oferta de aprendizagem do aluno, visto que as habilidades individuais são distintas, o que significa que cada aluno aprende em seu próprio tempo. O professor deve conhecer o desenvolvimento cognitivo do aluno, para utilizar práticas pedagógicas apropriadas que estimulem, motivem esse aluno.

Em sala de aula, o professor deve acompanhar o progresso no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. A ação pedagógica deve resultar em opções que indiquem a possibilidade de reorganizar situações de aprendizagem que favoreça esse aluno. (VYGOTSKY, 1986)

O trabalho pedagógico deve estar associado à capacidade de avanços no desenvolvimento da criança, valorizando o desenvolvimento potencial e a zona de desenvolvimento proximal. A escola deve estar atenta ao aluno, valorizar seus conhecimentos prévios, trabalhar a partir deles, estimular as potencialidades dando a possibilidade de este aluno superar suas capacidades e ir além ao seu desenvolvimento e aprendizado. Para que o professor possa fazer um bom trabalho ele precisa conhecer seu aluno, suas descobertas, hipóteses, crenças, opiniões desenvolvendo diálogo criando situações onde o aluno possa expor aquilo que sabe. Assim os registros, as observações são fundamentais tanto para o planejamento e objetivos quanto para a avaliação. (Vygotsky 1984)

É importante reconhecer que existem fatores que prejudicam a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e o processo de inclusão, que ainda é uma proposta nova para muitas escolas. Por muito tempo

acreditou-se que o sujeito com deficiência intelectual não aprendia, por essas razões sua educação só configurar no acesso à aprendizagem nas atividades cotidianas. Ter um aluno com deficiência intelectual em sala de aula é um desafio para a escola, sendo assim, o professor tem que se predispor a criar novas estratégias para a aprendizagem deste aluno, e aceitar novas propostas, buscando conhecer este sujeito.

Para Vygotsky, o processo de aprendizagem deve ser olhado por uma ótica prospectiva, ou seja, não se deve focalizar o que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo. Em nossas práticas pedagógicas, sempre procuramos prever em que tal ou qual aprendizado poderá ser útil àquela criança, não somente no momento em que é ministrado, mas para além dele. É um processo de transformação constante na trajetória das crianças. As implicações desta relação entre ensino e aprendizagem para o ensino escolar estão no fato de que este ensino deve se concentrar no que a criança está aprendendo, e não no que já aprendeu. Vygotsky firma esta hipótese no seu conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP). (CRECHEFIOCRUZ, 2004 apud RABELLO, PASSOS, 2016, p. 06)

Neste processo de aprendizagem não deve-se olhar somente para o que o sujeito não aprendeu, mas sim o que está aprendendo. É nas práticas pedagógicas que se pode perceber qual aprendizagem será necessário para aquele aluno, sendo que o ensino deve ser centrado no que esse aluno está aprendendo.

O conceito de ZDP mostra que, com a ajuda do outro - adultos, professores, colegas - a criança terá possibilidades de produzir mais do que produz sozinha. Esse conceito nos aponta o que a criança tem em potencial, para as suas possibilidades ainda não realizadas. Foi a partir dele que Vygotsky investiu no desenvolvimento de sujeitos com uma enorme gama de dificuldades: crianças diagnosticadas como 'deficientes mentais'. (VYGOTSKY, 1986).

A distância entre os dois níveis de desenvolvimento chama-se de *zona de desenvolvimento potencial ou proximal*, o período que a criança fica precisando de um 'apoio' até que seja capaz de realizar determinada atividade sozinha. Por isso Vygotsky afirma que "aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã" (VYGOTSKY, 1984, p. 98).

A ZDP auxilia a compreender a interconexão entre o ensino e o desenvolvimento. Vygotsky afirma que o ensino não deve apoiar tanto no que foi já alcançado pela criança, mas sim nos processos em desenvolvimento. (VYGOTSKY,1997)

As demais Zonas de desenvolvimento debatidas de Vygotsky são as zonas de desenvolvimento real e potencial.

A Zona de Desenvolvimento Real é aquela que já foi consolidada pelo sujeito, de forma a torná-los capaz de resolver situações utilizando seu conhecimento de forma autônoma. (VYGOTSKY, 1986). Nem sempre o sujeito com deficiência intelectual vai internalizar o que aprendeu no mesmo tempo dos demais sujeitos, e pode ter maiores dificuldades para resolver situações de seu cotidiano e com autonomia.

A Zona de Desenvolvimento Potencial é determinada pelas habilidades que o indivíduo já construiu, porém encontra-se em processo. Isto significa que a dialética da aprendizagem que gerou o desenvolvimento real, gerou também habilidades que se encontram no nível menos elaborado que o já consolidado. Desta forma o desenvolvimento potencial é aquele que o sujeito poderá construir. Na zona de desenvolvimento potencial o sujeito poderá construir sua aprendizagem e autonomia, resolver situações e desenvolver habilidades e potencialidades, isso significa um processo de construção que é de suma importância para o sujeito com deficiência intelectual.

É na zona de desenvolvimento proximal que se relaciona a diferença entre o que a criança consegue fazer com que ela ainda não consegue realizar sozinha. O desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual acontecem na interação do sujeito com o meio em que está inserido, mas o bom ensino é aquele que instiga o aluno na sua aprendizagem, mas isso não acontece através do autoritarismo, e sim estimulando, motivando esse aluno com deficiência intelectual ou não, considerando seu meio cultural e social.

Toda a aprendizagem e desenvolvimento da criança/aluno passam por descobertas por parte de quem ensina, e cabe ao professor sempre estar observando as práticas pedagógicas que estão sendo utilizada em sala de aula regular. A aprendizagem está presente na vida da criança/aluno, em diferentes situações e momentos. Os educadores precisam estar atentos a fato de que os

alunos possuem potencialidades e habilidades, mas que a aprendizagem vai se concretizando ao longo de um tempo. Desse modo, é importante dar condições para que esse aluno se desenvolva, à medida que o professor planeja e organiza as propostas de ensino, pensando na contribuição para o fim do fracasso escolar e para a construção de uma escola inclusiva.

A escola não apenas garante a aprendizagem e desenvolvimento, mas é capaz de desenvolver habilidades, potencialidades destes alunos com deficiência intelectual ou não. Esse processo acontece através da interação, motivação e estimulação do aluno para a sua aprendizagem. A interação se faz necessária para que a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual se desenvolva, por esse motivo a prática pedagógica é muito importante para que haja a construção de sua aprendizagem.

O aluno com deficiência intelectual faz parte desta sociedade e do mundo, não só como um sujeito que conhece o mundo, ele age, vive e interage onde está inserido, e deve ser considerado como um sujeito que pode criar valores e determinar seus rumos perante a sociedade.

Vygotsky apresenta a tese básica da Defectologia, mencionando que “A criança cujo desenvolvimento está complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas desenvolvido de outro modo. (VYGOTSKY, 1997, p. 12)

Mesmo que a criança tenha alguma deficiência não quer dizer que ela não possa aprender e se desenvolver, interagir, só irão aprender e se desenvolver mais lento, sua aprendizagem e desenvolvimento acontecerão em seu tempo.

As funções superiores na criança estão ligadas com as relações sociais vivenciadas por ela, não somente as limitações individuais da própria deficiência em questão. A condição não está dada ao nascer, mas vai se construindo e consolidando na medida em que oferece ambientes desafiadores e práticas, adaptadas á condição inicial desse sujeito. É muito importante proporcionar as crianças, com deficiência intelectual uma rica “nutrição ambiental” com acesso a mediadores que permitam a formação de funções superiores, dessa maneira poderá acontecer à aprendizagem e o desenvolvimento desse sujeito a um funcionamento diferente do que estava previsto inicialmente. (VYGOTSKY, 1934)

O enfoque Vygotskyano, do processo de aprendizagem é a formação de conceitos pela criança. O desenvolvimento do conceito espontâneo da criança deve atingir um determinado nível, o científico, e tomar consciência dele. O processo de aprendizagem e a formação de conceito são o ponto central do desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1934)

A forma de pensamento concreto tem importância sobre o pensamento real da criança em termos funcionais, quer em termos genéticos. Devemos olhar esse momento crucial no desenvolvimento de conceito na criança.

O desenvolvimento do conceito deve ser concebido e interpretado como reflexos dos estágios mais importantes que passa o processo real de desenvolvimento da criança. (VYGOTSKY, 1934)

A aprendizagem é um processo de estudo especial, uma das principais fontes de desenvolvimento dos conceitos infantis. A aprendizagem que acontece na idade escolar é os momentos decisivos e determinantes no desenvolvimento intelectual da criança. Por isso a escola e a interação da criança são cruciais para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Considera-se a aprendizagem e o desenvolvimento como dois processos independente entre si. O desenvolvimento da criança é visto como um processo de maturação do sujeito e quanto a aprendizagem é vista como aproveitamento exterior das oportunidades criada pelo processo de desenvolvimento que deve-se completar determinado ciclo e concluir determinados estágios para que a aprendizagem se torne viável.(VYGOTSKY, 1934)

O momento central da aprendizagem é a possibilidade de que a colaboração se eleve a um grau superior de possibilidades intelectuais a possibilidades de passar daquilo que a criança consegue fazer para aquilo que ela não consegue fazer por meio da imitação. A aprendizagem é possível se houver imitação. A suma importância da aprendizagem para o desenvolvimento é isto que constitui o conteúdo do conceito de zona de desenvolvimento imediato, o fundamental na aprendizagem é justamente o fato que a criança aprende o novo, é a zona de desenvolvimento imediato que determina esse campo das mudanças acessíveis à criança, é o momento determinante na aprendizagem e desenvolvimento. A aprendizagem é determinada de maneira mais imediata pela zona de seu desenvolvimento imediato. (VYGOTSKY, 1934)

As possibilidades de aprendizagem são diferentes apesar de idênticas a sua idade mental uma vez que as zonas do seu desenvolvimento imediato divergem acentualmente. A aprendizagem deve apoiar na zona de desenvolvimento imediato nas funções ainda não amadurecidas. A aprendizagem acontece quando realizada nos limites da zona do desenvolvimento imediato. (VYGOTSKY, 1934)

3.3 Educação inclusiva para o aluno com deficiência intelectual

O público da educação especial no decorrer da história foi constituído por aqueles sujeitos que por muito tempo foram excluídos, segregados, integrados, até que, no contexto atual, passaram a ser nomeados como sujeitos da escola inclusiva. Nesse contexto inclusivo, a educação especial vem sendo organizada, preferencialmente na escola regular, com uma proposta de educação inclusiva, no espaço por muitos compreendidos como restrito ao AEE, mas envolvendo também o contexto das salas regulares.

A história da educação especial e os fundamentos de sua prática vêm sendo muito discutidos atualmente pelos seus profissionais, que procuram estabelecer uma separação com relação aos princípios clínicos que, ao longo dos tempos, tem embasado a atuação na área.

A Educação Especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis às pessoas com deficiência e a educação inclusiva ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), e a partir da aprovação da LDB (BRASIL, 1996).

Atualmente os discursos legais têm apresentado a educação inclusiva como um modelo de educação ideal, no entanto o que vê-se nas escolas são realidades que revelam a fragilidade dessa política. E, é o contexto escolar que também apresenta suas fragilidades e dificuldades com relação à inclusão.

A Educação Especial vem sendo direcionada para o espaço da escola regular, contribuindo para a perspectiva da educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem reafirmar o direito de todos os alunos à educação regular, considerando a

perspectiva de um trabalho articulado entre a educação especial e o ensino comum.

É muito importante reafirmar o direito de todos à educação, e refletirmos sobre o impacto das ações das políticas públicas para os professores e alunos, em se tratando de educação inclusiva. A proposta da educação inclusiva é recente e o que se espera dos professores é uma postura

de aceitação desta proposta inclusiva, com atitude de engajamento, acolhimento à diversidade, e com práticas pedagógicas, adaptações curriculares adequados em sala de aula regular (FREITAS, 2010).

Em 1980, a terminologia deficiente foi alterada para pessoas portadoras de deficiência, e a partir de 1986, houve a substituição de pessoas com deficiência para pessoas com necessidades especiais. Foi um processo muito lento para isso acontecer, pois ainda hoje se ouve outras terminologias para se referir ao sujeito com deficiência.

[...] esta nova concepção não nega que os alunos tenham problemas em seu desenvolvimento. No entanto, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação. A finalidade primordial é analisar o potencial de aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando ao mesmo tempo quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória. O conceito necessidades educativas especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades. (CARDOSO, 2003, p. 19-20 apud FREITAS, 2010, p 27)

Proporcionar a esses alunos uma mediação é impulsionar a educação escolar desse sujeito, com objetivo de potencializar a aprendizagem da criança com deficiência intelectual, com práticas pedagógicas adequadas, adaptações curriculares, para que ocorra a aprendizagem deste aluno. Os alunos com deficiência intelectual necessitam de ações mediadas por professores, pela família e por profissionais e ainda interação constante com esse sujeito.

Com o movimento pela Declaração de Salamanca (1994), apresentou-se metas de ação à sociedade, e esta foi considerada um marco na documentação em favor a Educação Inclusiva. Em 1990, com o movimento pela Declaração Mundial de Educação para Todos, ocorreu mudanças legais e

novas propostas pedagógicas, que contemplem a inclusão e a construção de novas estratégias pedagógicas para esse sujeito com deficiência.

Para corresponder as necessidades educacionais especiais, aos diferentes ritmos, habilidades, potencialidades e aprendizagem deste aluno com deficiência intelectual, deve-se organizar adaptações curriculares, práticas pedagógicas adequadas a cada nível de aprendizagem destes alunos.

Se falarmos em inclusão escolar para alunos com deficiência intelectual, tem se quer ter uma preocupação com estes alunos, pois está garantido seu acesso à escola, a qual tem compromisso de garantir a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. E principalmente o compromisso político para que a inclusão aconteça. (VELTRONE; MENDES, 2009). Para que a inclusão aconteça é de suma importância a necessidade de uma organização escolar e da gestão, novas práticas pedagógicas, diferenciação no ensino, flexibilidade, adaptação curricular e o trabalho cooperativo entre professor e educador especial.

Quando se trata do fracasso escolar em relação ao aluno com deficiência intelectual, tem-se responsabilizado muitas vezes o próprio aluno por esta situação, ou mesmo seus professores. Por isso, é importante verificar quais são as causas que apontam para o fracasso escolar. Apontando-se possibilidades como o despreparo de professores, a falta de flexibilidades dos planejamentos, práticas pedagógicas e adaptações curriculares inadequados para esses sujeitos entre outros. (VELTRONE; MENDES, 2009). Assim percebe-se importância das adaptações para esses alunos, pois assim se favorecerá a aprendizagem dos mesmos, uma vez que antigamente os sujeitos com deficiência intelectual eram vistos como incapazes de aprender, ler e escrever. Mas com as oportunidades da inclusão desses sujeitos, estes têm o direito de receber oportunidades que favoreçam seu aprender, pois foram garantidos por direitos educacionais, estando estes na escola regular.

A prática pedagógica escolar não é só um ensino adaptado para alunos com deficiência, mas sim um ensino diferente para todos, para que esses sujeitos tenham condição de aprender, com suas próprias capacidades, tempo, potencialidades e peculiaridade:

Se a escola é para todos, façamos o possível para que nelas todos permaneçam. Tratemos de operacionalizar práticas de subjetivação, não só dos professores, mas também dos alunos, para que possam a relacionar-se com sua vida escolar de forma diferenciada. Para que aqueles que não apresentam dificuldades em desenvolver suas aprendizagens se preocupem em colaborar com aqueles que precisam e para que estes busquem cada vez mais mobilizar-se para se superar suas dificuldades (MENEZES, 2011, p.152).

Se a escola é para todos, então todos os alunos com ou sem deficiência deveriam estar matriculados, não só os professores pôr em prática, mas sim também os alunos participarem da vida escolar e que se preocupem com aqueles que possuem uma deficiência ou não, uma dificuldade e se mobilizarem para tentar resolver e superar essas dificuldades.

A inclusão é um desafio, uma mudança que a escola deve enfrentar para achar soluções para essa nova proposta que é a Educação Inclusiva. A escola deve estar aberta para essa nova proposta, trabalhando com diferentes estratégias curriculares e promovendo adaptações curriculares para que ocorra a aprendizagem, desenvolvimento, habilidades, potencialidades e autonomia deste aluno.

A educação inclusiva gera uma mudança para todos os professores, funcionários e alunos com necessidades educacionais especiais, e para que

essas mudanças ocorram, os professores devem ter uma nova postura diante deste aluno, terão de criar estratégias para que haja o ensino escolar destes sujeitos, e para isso acontecer deve haver uma parceria entre o professor e o educador especial. Mas a mudança não ocorre se a escola não estiver preparada para enfrentar esse novo desafio.

As contribuições de Vygotsky apontam para a mudança de paradigmas, em 1924 e 1931, o autor já falava da diferença de um olhar tradicional para um olhar contemporâneo sobre a educação da criança com deficiência. O olhar tradicional como uma ideia de “defeito” limita o desenvolvimento da criança, e já o olhar contemporâneo aponta para possibilidades do desenvolvimento e da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. (VALENTINI, GOMES, BISOL, 2016, p.126).

Nas escolas os olhares tradicionais encontram-se ainda, com metodologias que não auxiliam os professores e alunos, isso tende a potencializar as dificuldades e o fracasso escolar destes alunos e a resistência

à inclusão de alunos com deficiência intelectual, em sala de aula. (VALENTINI, GOMES, BISOL, 2016, p. 127).

Para que aconteça o processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, precisa do envolvimento de diferentes pessoas como professores, gestores, Educadores Especiais, família e os alunos envolvidos, e essa articulação é um aspecto facilitador para o desafio da aprendizagem e desenvolvimento destes alunos.

A definição de deficiência enfatizada pela Convenção da ONU corrobora com uma perspectiva social e fortalece o direito à educação das pessoas com deficiência no “sistema educacional geral” (ONU, 2007):

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (ONU, 2007).

É importante a interação do sujeito com deficiência intelectual para que haja evolução em seu desenvolvimento e aprendizagem e para se efetivar a participação desses sujeitos na sociedade com igualdade com as demais pessoas, acesso ao ensino, e apoio necessário para estes sujeitos.

A escola e os professores são o ponto central para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, pois mediam a construção de conhecimento e a interação social destes alunos. Além disso, também é relevante a rede de apoios que se colocam como fortalecedores do trabalho pedagógico.

Não devemos olhar o sujeito com deficiência intelectual com um incapaz, um coitadinho. Deve-se olhar com um sujeito que tem potencialidades, habilidades, peculiaridades, pois é um ser humano com suas características, possui sentimentos, emoções assim como os demais (DUEK, 2013).

A pessoa portadora de deficiência pode começar a ser olhada para si mesma, de forma menos maniqueísta: nem herói nem vítima, nem deus nem demônio, nem melhor, nem pior, nem super-homem, nem animal. Pessoa. (AMARAL, 1994, p. 14 apud DUEK, 2013, p. 29)

O ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é motivo de discussões nas escolas, sobretudo entre os professores, que ao receber alunos com deficiência intelectual em sala de aula questiona-se como vai fazer e como trabalhar com esses sujeitos.

O encontro do professor com o aluno com deficiência intelectual é um grande desafio que exigirá do docente a construção de estratégias para sua prática pedagógica perante a esse aluno. Neste sentido, a busca por movimentos político-históricos é necessário para entender como a Educação Especial na escola inclusiva atualmente. A escola poderá somar os diferentes aspectos educacionais, partindo de propostas de mudança que podem variar e dependerão das condições existentes para que haja mudanças nas escolas, na gestão escolar, na criação de planejamentos para a inclusão. A educação inclusiva implica em mudança cultural e estrutural para que todos os alunos

tenham suas necessidades atendidas, e os professores com uma nova postura diante do novo.

Na LDB 9394/96, Artigo 58 entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação. Em seu § 30 a oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

Segundo o Ministério Público Federal em 2004, publica o documento o Acesso de estudante com deficiência as escolas e classes comuns da Rede Regular, com objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com ou sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Na perspectiva da educação inclusiva a educação especial passa a se integrar na proposta pedagógica da escola regular. A educação especial direciona suas ações para o atendimento a especificidade desses alunos no processo educacional orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (resolução 2009)

A função do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é identificar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para que eliminem as barreiras e a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades que são desenvolvidas no AEE são diferentes das realizadas na sala de aula regular. (GOMES, POULIN, FIGUEIREDO, 2010)

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Operacionais do Atendimento educacional especializado na Educação Especial (BRASIL, 2009), existe a obrigatoriedade da matrícula dos alunos público-alvo da educação especial na escola comum do ensino regular. (BRASIL, 2009, GLAT, PLETSCHE, 2011)

Neste sentido, deve haver uma relação do professor do AEE e o professor do ensino regular como processo de construção diário e contínuo.

O desafio de escolarizar todas as crianças no Ensino Regular não é tarefa apenas da educação especial ou do ensino regular, é de ambas. É preciso ter claro que apenas o ensino regular ou apenas os atendimentos educacionais especializados não garantem as aprendizagens dos alunos. A colaboração entre comum e especial é imprescindível para o desenvolvimento de um trabalho com qualidade na educação de todos e para todos. (MAYCA, 2012, p. 8)

Há uma grande preocupação para estabelecer uma parceria entre o professor do ensino regular e o professor do AEE, pois os dois têm que trabalhar juntos em prol da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. Porque o professor da sala de aula é responsável pelo conteúdo da sala de aula, já o professor de AEE é quem vai reconhecer outros conhecimentos do aluno em função de suas experiências de vida, inclusive na escola. Estabelecendo a parceria entre ambos, o professor de AEE poderá elaborar diferentes estratégias e recursos disponíveis.

Em sala de AEE é importante que as propostas pedagógicas do ensino regular, tendo em vista que esse atendimento atua de maneira complementar e/ou suplementar ao ensino regular. Por isso a importância desta articulação entre o educador especial e o do ensino regular. (ALVES, GUARESCHI, 2011).

A função do professor de sala de AEE é de ser um mediador, articulador neste processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual. A partir da parceria a escola estará pronta para desenvolver a autonomia e

interação dos sujeitos que nela atuam. (MENEZES, CANABARRO, MUNHOZ, 2012)

A Educação Inclusiva não deve se preocupar somente com a construção de estratégias de atendimento escolar para os alunos com deficiência intelectual, mas, porém considerar com atenção os fatores sociais, pois podem ter relação com a aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Mas o reconhecimento destas necessidades no cotidiano escolar pelos professores é importante para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual (BEYER, 2005)

A Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as modalidades. O atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especial tem início na Educação Infantil. Também diferencia professores capacitados, professores especializados, sendo que os primeiros podem atender alunos com necessidades especiais em classes comuns. (BRASIL, 2001)

Considerar um criança com necessidades educacionais possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma diferença de suas características cognitivas e de aprendizagem, mesmo sendo excelente a atuação de qualquer professor, melhores intenções e esforços não responderão as demandas específicas dos alunos. A ideia de uma escola aberta, inclusiva, com capacidade para atender alunos com situações diferenciadas é desafiador. (BEYER, 2005)

Pensarmos na formulação do currículo para os alunos com necessidades educacionais especiais numa base comum aos demais alunos, é não excluir das condições gerais de progressão escolar. O currículo não se altera, porém as características de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais são levadas e conta. (BEYER, 2005)

Ao elaborar projetos políticos pedagógicos as escolas produzem propostas que contém possibilidades de que todos podem aprender, mesmo sendo diferentes em ritmos e estilos de aprendizagem. As práticas pedagógicas inclusivas pretendem organizar atividades de sala de aula que encorajem a participação de todos os alunos. (CARVALHO, 2008)

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para toda uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com deficiência, uma escola que enfrente, sem adiamento a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de característica de seu aluno. (CARVALHO, 2008)

3.4 Estratégias de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual

Adaptações curriculares são estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender a diversificação de necessidades dos alunos na escola. (MEC/SEESP/SEB, 1998)

O trecho a seguir foi retirado da Declaração de Salamanca, e traz a necessidade de adaptação do currículo e destaca que não se deve criar um currículo diferente ou paralelo para atender a esse público:

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer a todas as mesmas educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem (UNESCO, 1994, p. 22).

A escola para todos requer um currículo que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Para pensarmos em adaptação curricular, significa considerar o cotidiano da escola e as necessidades, capacidades, peculiaridades e habilidades dos alunos. A adaptação curricular nessa perspectiva é um instrumento, uma ferramenta importante para beneficiar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

É importante destacar que as adaptações curriculares sejam para atender aos alunos na sala de aula ou na Sala de Atendimento Educacional especializado (AEE), mas também pensando no contexto mais amplo de adaptações que possam ser direcionadas em nível de escola, para além da sala de aula.

Promovendo adaptações curriculares estaremos oferecendo a possibilidade de maior participação dos alunos com necessidades educacionais especializadas levando a alcançar objetivos do currículo comum, por meio de um currículo adequados as necessidades específicas. (CARVALHO, 2008)

Mas é importante se questionar o porquê da Adaptação Curricular, e qual sua necessidade para o avanço do aluno. Considerando a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 206, tem-se a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 1988).

Ainda, de acordo com a LDB 9394/96, no seu Artigo 59 menciona que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. (BRASIL, 1996)

Com a LDB, foram assegurados aos alunos com deficiência, currículos, métodos, recursos para atender suas necessidades educacionais especiais.

A Resolução 11/2008 descreve também que:

(...) a inclusão, permanência, progressão e sucesso escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular representam a alternativa mais eficaz no processo de atendimento desse alunado (...) os paradigmas atuais da inclusão escolar vêm exigindo (...) a adoção de projetos pedagógicos e metodologias de trabalhos inovadores (BRASIL, 2008).

Analisando a leitura sobre a LDB 9394/96, artigo 59 e a Resolução11/2008, é de suma importância tais Leis, onde são garantidas vagas a esses alunos com deficiência, lhe assegurando aos educandos

técnicas, recursos, adaptações necessárias para sua aprendizagem e desenvolvimento.

Siqueira, Pereira e Carvalho (2008) também debatem sobre as Leis que garantem a matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares, onde entendem que elas asseguram o direito a métodos, técnicas, adaptações, atendimento especializado para que aconteça a aprendizagem e desenvolvimento destes alunos.

Assim, a adaptação curricular pode ser uma resposta educativa para favorecer os alunos com deficiência intelectual, por ser um conjunto de modificações possíveis para o atendimento do aluno.

(...) quanto mais o professor conhecer seu aluno (seus interesses, habilidades, necessidades, história de vida) e incorporar este conhecimento no planejamento das estratégias de ensino a ser adotada para ensinar o conteúdo curricular, maiores serão as chances de promover a participação de cada aluno na atividade de sala de aula, a inclusão e o sucesso de todos. (FERREIRA, 2006, p. 231)

Para realizar uma adaptação curricular, os Educadores Especiais e os professores em geral devem conhecer o aluno, qual sua história de vida, anseios da família, potencialidades, habilidades e peculiaridades, sendo que deste modo poderão construir adaptações curriculares e planejamentos para desenvolver com este aluno com deficiência intelectual.

Tem-se que ver o currículo escolar não como um conjunto fechado, mas sim aberto e flexível, onde os professores devem encontrar objetivos e estratégias para a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. (BARBOSA, 2008)

De acordo com o Documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, as adaptações curriculares propostas visam promover o aprendizagem dos alunos com necessidades Educacionais especializado, elaborando práticas pedagógicas e implementação de práticas inclusivas no ensino regular. (BRASIL, 2008)

Os critérios da adaptação curricular indicam o que o aluno deve aprender como aprender e quando aprender, conteúdos estratégicos, metodologias, que se referem a recursos com adaptação do espaço físico, materiais, mobiliários (SÁ, 2007).

A aprendizagem não acontece se não houver um ensino eficiente, e para que isso aconteça há de se considerar as características e peculiaridades

de cada aluno com necessidades educacionais especiais. Cada deficiência vai necessitar de diferentes estratégias que permitam aos alunos com necessidades educacionais especiais participem integralmente dessas oportunidades em sala de aula e no AEE.

O objetivo das adaptações curriculares é favorecer ao aluno com deficiência intelectual o convívio em sua vida escolar, com seus pares, buscando alternativas visando a realidade do aluno. Devem-se considerar as características individuais de cada aluno, as áreas a serem apoiadas, para responder as necessidades de cada um em suas necessidades educacionais especiais.

O aluno é o sujeito no processo ensino-aprendizagem, suas diferenças individuais, características e necessidades pessoais devem ser conhecidas e respeitadas, com vista à aprendizagem de qualidade de alunos com necessidades educacionais especializados. (CARVALHO, 2008)

Para que as adaptações aconteçam é necessário um ambiente rico em oportunidades para favorecer a aprendizagem do aluno, preparação e dedicação da equipe educacional e professores, recursos especializados quando necessário.

Além das adaptações curriculares, é necessário debater-se a respeito do planejamento de ensino. Mas o que é planejamento?

O planejamento nasce a partir do estabelecimento de metas e de objetivos que a escola deseja alcançar. Ele é um momento importantíssimo para a construção de conhecimento sobre gestão e didática, articulação com a comunidade, constituição de uma equipe colaborativa e qualificação das ações (BARBOSA, 2014, p. 58)

O planejamento é muito importante para os professores, pois é onde eles estabelecem suas metas, e também para a gestão escolar, porque ao planejar é possível ter uma visão de recursos de acordo com a necessidade do período letivo, mas principalmente se a escola tenha alunos com necessidades educacionais especiais os planejamentos serão essenciais. O planejamento é

indispensável, e deve ser o condutor das ações pedagógicas a ser trabalhado, ter capacidade de fazer modificações, em atenção às necessidades dos alunos

O planejamento significa conhecer a realidade e as necessidades da comunidade escolar, estabelecendo objetivos e metas. Para receber o aluno com deficiência, bem como buscar os conhecimentos que esse apresenta e a possibilidade que ele tem de evoluir em relação aos demais conteúdos proposto é imprescindível um planejamento adequado a esse aluno para que possa desenvolver sua aprendizagem.

Ao planejar as atividades em sala de AEE e na sala regular deve-se conhecer o aluno, sua realidade familiar, social, características pessoais, interesses e peculiaridades, processo de aprender e suas necessidades de aprendizagem. Conhecendo estes aspectos pode-se planejar estratégias para a aprendizagem e desenvolvimento deste aluno e que todos possam aprender juntos. (MENEZES, CANABARRO, MUNHOZ, 2011).

Se ambos os professores planejar em parceria deixam de estar sozinhos, ao trabalharem em equipes e em cooperação irão eliminando as barreiras de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. (MENEZES, CANABARRO, MUNHOZ, 2011)

A escola regular torna-se inclusiva quando ela consegue reconhecer as diferenças de seus alunos diante do processo de aprendizagem, adotando novas práticas pedagógicas, buscando sempre a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. (SCHELLING, CHIARO, 2012).

As adaptações curriculares implicam na ação pedagógica e as ações docentes no critério: o que aprender, como e quando aprender, forma de organização do ensino e como e quando avaliar o aluno. (GOUVÊA, 2009). Se os professores seguirem esses critérios de adaptações, será um elo entre professor regular, educador especial, planejamentos, ações e objetivos a serem trabalhados com os alunos com deficiência intelectual, tanto em sala de aula ou sala de AEE.

Na educação do aluno com deficiência intelectual, esses conteúdos são indispensáveis para o desenvolvimento integral e no processo de aprendizagem e a construção do conhecimento, esses requerem ajustes ou adaptações em três níveis: no processo pedagógico, currículo e plano individual.

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros.

Adequações curriculares de grande porte constituem estratégias para a eliminação de barreiras no processo de aprendizagem do aluno diante das atividades pedagógicas e diante das possibilidades do aluno e elementos que constituem a aprendizagem essenciais, das quais todos os alunos devem participar mesmo aqueles que necessitem de apoio e suporte efetivos e contínuos.

Adaptações de Acesso ao Currículo; a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno em sua unidade escolar; a adaptação do ambiente físico escolar; a aquisição do mobiliário específico necessário; a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos; a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula; a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação; a efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade e a transsetorialidade.

O trabalho colaborativo entre a Educação Especial e o ensino comum pode propiciar trocas de saberes e estabelecer parcerias visando o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com ou sem deficiência. Nesta óptica, o objetivo do trabalho é criar formas de fornecer os atendimentos adequados aos alunos com deficiência e, com o desafio de estabelecer um trabalho colaborativo entre todos os envolvidos. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

A experiência no ensino colaborativo desenvolvido em sala de aula comum permite constatar que muitos professores de sala de aula do ensino comum encontram dificuldade para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Muitos são os questionamentos: como fazer com que esse aluno aprenda o conhecimento trabalhado? Como será feita avaliação desse aluno?

Há muito questionamento sobre esse assunto, dúvidas e conflitos permeiam a prática docente. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

As inserções realizadas, durante o curso de Educação Especial permitem observações e constatações como o fato de que alguns destes

alunos estão em sala de aula “só de corpo presente”. Se por um lado existem professores comprometidos, por outro, há professores que os ignoram. Dessa maneira, em vez de inclusão estão fazendo a exclusão desses alunos. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

Desse modo, a proposta do ensino colaborativo pode ser uma alternativa válida, e envolve um trabalho de parceria entre o professor de Educação especial e o professor de ensino regular para um suporte mais promissor à inclusão escolar. É essencial a atuação desenvolvida pelos professores de educação especial e pelos professores da classe comum estar em parceria, ser complementar na promoção do desenvolvimento das crianças com deficiência. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

O ensino colaborativo apresenta que esta forma de atuação docente traz benefícios aos alunos com Deficiência e aos demais alunos, além de auxiliar a escola e os docentes a pensar e efetivar práticas educativas que favoreçam o atendimento à diversidade de todos e ainda possibilita aos docentes seu desenvolvimento pessoal e profissional.

O ensino colaborativo é o apoio que o professor regular e o educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar e que possa beneficiar o aluno em sua aprendizagem e desenvolvimento. Mas para que o ensino colaborativo aconteça é necessário que haja comprometimento e colaboração, tempo, flexibilidade, parceria e suporte administrativo acontecendo isso o ensino colaborativo funciona. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

A proposta do ensino colaborativo não é trabalhar centrado no aluno com deficiência, mas sim trabalhar com todos os alunos o acesso às atividades planejadas.

Com a intenção de melhorar a aprendizagem para todos, para isso o educador especial será o apoio para todos não exclusivo para o aluno com deficiência.

É importante destacar a relevância do ensino colaborativo para as escolas porque possibilita que o professor, com sua experiência, podem favorecer a inclusão escolar, envolvendo a parceria direta entre ambos os professores da Educação Especial e o Professor do Ensino Regular. Peterson afirma que:

A educação de criança com deficiência em classes comuns é uma prática promissora quando relacionada a implementação da reforma escolar, e, para que seja eficaz, a inclusão escolar deve envolver a colaboração entre educadores, profissionais, alunos, família e comunidade. (PETERSON, 2016, p. 32)

Para que isso aconteça deve haver uma colaboração, parceria entre ambos os professores, para que possam planejar juntos, realizarem adaptações e estratégias adequadas a esses alunos.

A inclusão requer mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, na cultura, no planejamento e os olhares dentro da escola, porque nem sempre os professores querem sair da zona de conforto para enfrentar esses desafios. Pois ainda encontramos professores resistentes ao ensino colaborativo por não quererem sair da sua zona de conforto, medo do desafio, da mudança ou por não conhecer o ensino colaborativo.

No ensino colaborativo os professores irão passar por estágios de adaptações para obter um relacionamento com o colaborativo, comprometimento entre o professor regular e o educador especial. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

O ensino colaborativo é uma estratégia que viabiliza a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual em processo de inclusão, com o cuidado de não gerar discriminação e segregação, e as reflexões sobre as práticas pedagógicas eficazes para os alunos. Tanto o professor e o educador especial são fundamentais no processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual e esse trabalho precisa ganhar maior espaço para que a escola inclusiva deixe de ser utopia e passe a ser realidade. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho surgiu de experiências com alunos com deficiência intelectual, investigando possibilidades de práticas que os professores podem direcionar para a aprendizagem destes alunos. A partir das minhas vivências em escolas pude observar as dificuldades dos professores em trabalhar com alunos com deficiência e desenvolver processo para a inclusão destes alunos.

Assim, este trabalho de conclusão teve como objetivo proporcionar uma reflexão acerca dos fatores envolvidos na aprendizagem do aluno com deficiência no ensino regular, identificando estratégias pedagógicas direcionadas a aprendizagem destes alunos. Com essas leituras sobre as feitas sobre fatores que envolve a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual nos mostra a importância de conhecermos primeiro o aluno para depois podermos entrar com as estratégias e adaptações curriculares

Com este estudo pude investigar as possibilidades de aprendizagens de aluno com deficiência intelectual, estratégias educacionais e realizar um debate sobre a educação inclusiva, algumas terminologias e a definição da deficiência intelectual. Busquei apoio em pesquisas bibliográficas e exploratória para ter subsídios para realizar este trabalho, e partindo também das experiências e discussões vivenciadas em duas escolas de Santa Maria, refletindo sobre a aprendizagem deste aluno com deficiência intelectual.

No debate foram apontados alguns fatores que envolvem o processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, estratégias utilizadas para favorecer a aprendizagem deste aluno e também identificar a importância de desenvolver um trabalho pedagógico direcionado a estes alunos com deficiência intelectual.

Acredita-se que as discussões apresentadas poderão desencadear novas discussões acerca das aprendizagens e estratégias utilizadas na aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, contribuindo para repensar de práticas já existentes para o desenvolvimento de novos e mais apropriados recursos para a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

Ao longo do trabalho foram apontadas estratégias pedagógicas e adaptações curriculares como adaptação curricular de pequeno porte, de grande porte, adaptação de acesso ao currículo e o ensino colaborativo.

Por fim, pode-se acrescentar que ainda há muito a pesquisar e discutir sobre esse tema e que consegui atingir os objetivos iniciais deste trabalho. O objetivo principal era proporcionar uma reflexão acerca dos fatores envolvidos na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual no ensino regular, identificando estratégias pedagógicas direcionadas à aprendizagem destes alunos, e também foi identificar através dos estudos sobre a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, estratégias, adaptações curriculares e o ensino colaborativo a serem considerados relevantes para a aprendizagem destes alunos.

O trabalho buscou mostrar diferentes estratégias para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual como estratégias, adaptações curriculares de pequeno e grande porte e o ensino colaborativo, estas de suma importância para que aconteça a aprendizagem desses alunos.

A conclusão é que através do estudo das alternativas existentes para a construção da aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, fornece-se suporte para os professores na aprendizagem deste aluno, o que ainda continua sendo um desafio para os professores. Com as releituras de artigos fiz reflexões sobre os fatores envolvidos na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, podendo identificar estratégias pedagógicas direcionadas para esses alunos.

5- Referências

AAMR – **American Associationon Mental Retardation, Retardo mental, definição, classificação e sistema de apoio**. 2002. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm#art70. Acesso em 27/09/2016.

ALVES, Márcia Doralina, GUARESCHI, Taís, **compreendendo o atendimento educacional especializado (AEE)**, In: SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL ,**Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – Lei 9394/20 de dezembro de 1996**. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial. 1988

BRASIL. Resolução 2008, Dispõe sobre **o atendimento Educacional Especializado**, Brasília MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001, Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: www.portal.mec.gov – Acesso em: 16 de outubro de 2016

BRASIL, Lei Darcy Ribeiro (1996), LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL, **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Disponível em portal.mec.gov.br/MEC/SEESP/SEB 1998. Acesso em 30/10/2016

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2ª ed. ver. E atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL: **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.** Brasília MEC/SEESP, 2004.

BRASIL Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: janeiro de 2008. (Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela portaria 555/2007, prorrogada nº 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politicadaeducacaoespecial> Acesso em: 16 de outubro de 2016.

BARBOSA, Maura. **O que é planejamento.** 2014. Disponível em gestaoescolar.org.br/aprendizagem/o-que-e-planejamento-774810.html.

BARBOSA, Eduardo. Presidente da Federação Nacional das APAES. **Revista Inclusão Educação Especial**, v. 4 nº 1. janeiro/junho 2008.

BEYER, Hugo Otto. **O fazer Psicopedagógico: a abordagem de Reuven Feuerstein a partir de Piaget e Vygotsky.** Porto Alegre: Mediação, 1996.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 20015

CARNEIRO, Maria, **AANR – Retardo Mental, Definição, classificação e sistema de apoio**, 10º edição. Porto Alegre: Artmed 2006.

CARVALHO, Rosita Edler, **Escola inclusiva a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DUEK, Viviane Preichardt, **Ser professor na escola inclusiva: questões e reflexões**, 1. Ed., Editora CRV, Curitiba, 2013.

FIERRO, Alfredo. **Os alunos com deficiência mental**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004, 2. ed. , p.193-214.

FREITAS. Neli Klix. **Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectiva Educacionais**. **Jornal de Políticas Públicas Educacionais**, nº 7 /janeiro-junho de 2010/ p 25-34.

GIL, Robledo Lima. **Tipos de pesquisa**. Disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf> Acesso em 24/09/2016

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994

GOMES, Adriana Leite Verde, POULIN, Jean-Robert, FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. 2010.

GLAT, Rosana, PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Especiais**. Ed. URERJ, 2011.

GOUVÊA, Edna. **Adaptação Curricular**. 25 set. 2009. Disponível em: <http://educacaoespecialadna.blogspot.com/2009/09/adaptacao-curricular-curriculo-eum.html> Acesso em: 27 jan. 2012.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de, **A maquinaria escolar na produção de subjetividade para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011,

MENDES, Enicéia Gonçalves, VILARONGA, Carla Ariela Rios, ZERVATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**. – São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky. Aprendizagem e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo. Editora Spcipione, 1995

POSSA, Leandra Bôer. **Metodologia de pesquisa**. Especialização a distância em educação especial: Déficit cognitivo e educação para surdos. 2008. Santa Maria.

SÁ, Elizabet Dias de. **Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial**. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>> Acesso em: 24 jan. 2012

SIQUEIRA, Marli Rodrigues. PEREIRA, Rosana Talarico. CARVALHO, Cintia Souza Borges de. **Adaptação curricular para aluno com deficiência intelectual – Ensino Fundamental (Anos iniciais)**. 2008.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira, CANABARRO, Renata Corcini Carvalho. MUNHOZ, Maria, **Atendimento educacional especializado para aluno com deficiência intelectual**. In: SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011 .

MAYCA, Fabiana Grassi. **Relação do atendimento educacional especializado no e com ensino regular: uma parceria mais que especial**, UFSC, 2012.

SCHELLING, Michelle Correia, CHIARO, Sylvia de. **Estratégias Pedagógicas**

utilizadas com crianças com deficiência: o que sinalizam as práticas? 2012, Disponível em https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.2/estrategias%20pedagogicas.pdf, Acessado em 20/10/2016

VELTRONE, Aline Aparecida e Mendes, Enicéia Gonçalves: **Inclusão e fracasso escolar: o que pensam os alunos com deficiência mental?** **Revista Educação Especial.** v. 22, nº 33, p. 59-72, janeiro/abril de 2009. Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

VALENTINI, Carla Beatriz, GOMES, Ruthie Bonam, BISOL, Claudia Alquati, **Inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual.** Revista Teias v. 17, nº46. (julho/setembro 2016), Observatório de Educação Especial e Inclusão Escolar

VYGOTSKY, LS. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S, **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S **Obras Escogidas.** Tomo V. **Fundamentos de defectologia,** Madrid: Visor, 1997.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.